



IMPORTÂNCIA DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA A PRÁTICA INCLUSIVA

Darleni Catarina Barbosa Lima ¹
Ronny Diogenes de Menezes ²

Resumo

O presente trabalho buscou evidenciar a importância dessas tecnologias na atuação inclusiva do educador brasileiro. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica e documental, com análise de registros de diferentes autores e conteúdos de documentos legais que apresentam aspectos relacionados à educação inclusiva e ao uso de Tecnologias Assistivas, como apoio à aprendizagem de alunos com deficiência. Observou-se que há uma base na legislação brasileira sobre essas tecnologias e seu uso, entretanto, de maneira geral, ainda existe resistência dos professores quanto à prática inclusiva, por inexistência de conhecimento em relação ao que se caracteriza como inclusão e quais recursos tecnológicos podem ser utilizados para auxiliá-los. Conclui-se que há a necessidade de continuar a reformulação dos currículos dos cursos de capacitação de professores e de ampliação de formações continuadas para educadores em exercício, contribuindo assim para a criação de uma prática pedagógica mais inclusiva.

Palavras-chave: Tecnologia assistiva. Professor. Prática inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual é fruto de mudanças ocorridas durante a história da humanidade. Logo, a educação acompanhou essas alterações e experimentou avanços e retrocessos no decorrer dos anos até alcançar ao que hoje se nomeia de educação inclusiva.

Diante de várias mudanças observadas na sociedade, a inserção da pessoa com deficiência trouxe reflexões em diferentes níveis para o âmbito educacional. Contudo, arriscasse falar de inclusão sem, em primeiro lugar, defini-la.

Nessa perspectiva, Carneiro (2008) afirma que inclusão é um movimento voltado para produzir igualdade de oportunidade para todos, permitindo a cada indivíduo as suas escolhas particulares, criando assim sua identidade pessoal e social.

Nesse contexto, Sasaki (1997) salienta que inclusão é um movimento que tem como propósito a estruturação de uma sociedade de fato para todos, sob o intento de novos princípios, entre os quais salientam o festejo das diferenças, o enaltecimento da

¹ Discente do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico. E-mail: darli_lima@yahoo.com.br.

² Professor orientador do Trabalho de Conclusão do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico. E-mail: ronny.diogenes@hotmail.com.



heterogeneidade humana, o igual apreço das minorias, o direito de pertencer, a cidadania com bem-estar e a reciprocidade humanitária.

Ainda conforme Carneiro (2008), a inclusão se define como um processo pelo qual a escola passa em busca de novas formas de incluir alunos sem qualquer discriminação ou isolamento, através de políticas que buscam garantir a todos eles o acesso à escola regular, com participação ampla e permanência segura, independente de suas condições individuais, haja vista que a educação inclusiva tem por base garantir, a qualquer estudante, o acesso à Educação Básica obrigatória a todos.

A fim de que essa inserção seja efetiva e qualitativa, faz-se uso da tecnologia, objetivando romper as barreiras motoras, sensoriais ou cognitivas que limitam ou dificultam seu acesso às informações ou ao registro e expressão dos conhecimentos adquiridos por ele. Além disso, sendo um recurso tecnológico, visa favorecer a atuação dinâmica e autônoma em projetos pedagógicos, permitindo a manipulação de materiais de estudos diante os desafios do ensino-aprendizagem (RODRIGUES, 2019).

Assim sendo, entende-se que a introdução de Tecnologias Assistivas na prática docente, a partir de pequenas adaptações em locais, objetos e materiais já existentes, facilitará a aprendizagem dos alunos com deficiência na execução de suas tarefas. Assim, os professores que têm crianças inclusas em salas de aula regular podem realizar uma prática inclusiva através do uso dessas Tecnologias Assistivas.

Diante dessas considerações, estabeleceu-se como objetivo geral desta pesquisa evidenciar a valia das Tecnologias Assistivas na prática pedagógica do professor brasileiro numa perspectiva inclusiva. Nesse sentido, delinear-se como objetivos específicos:

- Identificar as Tecnologias Assistivas que podem ser utilizadas para favorecer o desenvolvimento dos discentes com deficiência na sala de aula regular;
- Conhecer as bases legais nacionais que fundamentam a utilização dessas tecnologias no local em questão.

Espera-se que essa pesquisa possa contribuir com o debate em relação a inclusão do aluno com deficiência na classe regular, em especial no que se refere à importância do uso das Tecnologias Assistivas para a prática pedagógica do professor.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A educação inclusiva no decorrer da história

As sociedades, no decorrer dos tempos, sempre apresentaram dificuldades para aceitar o que era diferente dentro dos padrões por elas determinados como ideais. Essa mesma



perspectiva acompanhou a história da inclusão de pessoas com deficiência, trazendo avanços significativos, porém também enfrentando lutas e desafios.

Segundo Mazzota (2011), até o século XVIII, a área científica não possuía argumentos para explicar as anormalidades que algumas pessoas apresentavam. O homem era analisado conforme conceitos religiosos, que afirmavam que o mesmo deveria ter imagem e semelhança com Deus, portanto, pessoas que tinham alguma deficiência, eram rejeitadas por uma parte da sociedade por não apresentarem características básicas comuns a todas as outras, e isso resultava na marginalização e na exclusão dessas pessoas, pois a perfeição envolvia além da aparência física, aspectos mentais também, e quem não apresentasse estas características não poderiam ser parecidas com Deus.

Conforme Silva (2009), foi nos tempos medievais que surgiu algum tipo de piedade para com as pessoas com deficiência. Nessa época, alguns nobres e religiosos iniciaram a fundação de hospícios e albergues para abrigar os excluídos, afastando então da sociedade, de forma precária e marginalizada, os que representavam uma ameaça para a sua continuidade. Ainda segundo Silva:

Como forma de atrair a caridade, compravam-se nos asilos, crianças deficientes de tenra idade, que eram barbaramente mutiladas e abandonadas à sua sorte quando, com o avançar da idade, deixavam de ter utilidade. Relativamente aos deficientes mentais, o abandono era total. Os que sobreviviam eram remetidos para orfanatos, prisões ou outras instituições do Estado. Uma Ordem Real de 1606 refere que no Hôtel Dieu, um hospital de Paris que acolhia deficientes mentais, a degradação era total: em leitos miseráveis, dormiam juntas várias pessoas, independentemente das condições de saúde que apresentassem. Como se fosse uma barraca de feira, o Centro Bethlem era visitado, em 1770, por um público que pagava para entrar e para apreciar o “espetáculo” (SILVA, 2009, p. 137).

Diante disso, no século XX as práticas assistencialistas passaram a ser questionadas devido à vivência desumanizadora nessas instituições, a qual afetava a autoestima dos pacientes e trazia grandes despesas para o governo.

Em 1994, na cidade de Salamanca – Espanha, onde ocorreu a Conferência Mundial de Educação Especial, foi aprovada pelos representantes de vários países e organizações internacionais a Declaração de Salamanca. Ela se tornou um marco que veio impulsionar o movimento a favor da inclusão, pois declarou em seu texto princípios para a inclusão educacional, em especial de alunos com deficiência. Em concordância com a Declaração de Salamanca:

A escola regular deve ajustar-se a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras, isto é, crianças com deficiência ou sobre dotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômadas, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (UNESCO, 1994, p. 6).



A datar desse marco histórico a educação inclusiva passou a ter novas e reais perspectivas, trazendo a utilização de recursos que respeitem a individualidade de cada criança.

2.2. A prática pedagógica numa perspectiva inclusiva

Ao se pensar a respeito da inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares, surge também a realidade do professor que participa diretamente deste processo. Percebe-se, no entanto, que a formação desses profissionais não engloba uma base adequada para a prática inclusiva em suas salas de aula.

Sobre isso, Denari (2006) afirma que existe um descompasso entre a formação do educador que recebe educandos com deficiência e a sua real prática, exigindo-se então que ocorram ajustes curriculares no âmbito acadêmico para que os futuros profissionais obtenham melhores conhecimentos teóricos, metodológicos e técnicos.

Pletsch (2009) apud Guimarães; Batista; Batista (2017) esclarece que a grande dificuldade existente, para a capacitação de professores, é a elaboração de conhecimentos capazes de formar novas atitudes a fim de facilitar a clareza diante de situações educacionais complexas, para assim os professores cumprirem com responsabilidade e satisfação seu papel de ensinar e aprender para a diversidade de alunos com características diferentes no ambiente escolar.

Percebe-se assim a angústia de alguns professores por muitas vezes não saber como lidar diante de seus alunos inclusos. Surgem dúvidas diversas relacionadas à forma de ensinar, avaliar e comunicar, as quais podem motivar resistências ao movimento inclusivo.

Diante disso, observa-se que nas escolas brasileiras encontram-se professores temerosos quando um aluno de inclusão chega em sua sala regular. Não se pode afirmar que eles ainda estejam norteados por preconceitos, mas se fazem necessárias algumas reflexões a respeito da preparação destes professores para essa nova realidade em suas formações, das condições que as políticas vigentes têm dado para eles trabalharem com os alunos sem visar padrões classificatórios e do que a escola pode oferecer de recursos pedagógicos e tecnológicos a alunos com deficiência.

As respostas a essas reflexões permitem compreender que a prática pedagógica numa perspectiva inclusiva poderá ser bem sucedida se houver uma ação conjunta dos diferentes setores ligados à educação.



Nota-se, então, que uma escola inclusiva deve ser capaz de avaliar suas práticas vigentes, contemplar o seu espaço como de todos, discernir as diferenças não como barreiras, mas como oportunidade de conhecer melhor o outro, respeitando a sua individualidade.

Dessa forma, Freitas (2006), afirma que quando um professor se encontra atuando em uma escola inclusiva, será levado a refletir melhor sobre sua prática educativa, buscando novas formas para compensar o que não foi totalmente estudado em sua formação inicial, no que tange à inclusão.

Sobre esse aspecto, Carvalho (2004, p. 161) destaca que:

O reconhecimento de se preparar melhor para a atuação em uma sala com alunos inclusos desperta no professor a necessidade de uma atualização de conhecimentos, favorecendo melhorias no desempenho pedagógico do profissional da educação e, como resultado, todos os alunos serão beneficiados. E que a formação continuada é uma estratégia que nos permite desalojar o estatuído, substituindo-o por novas teorias e novas práticas alicerçadas em outra leitura de mundo, e principalmente, na crença da infinita riqueza de potencialidades humanas (as nossas e as de nossos alunos).

Além de uma formação continuada, Carvalho (2004) apud Silva (2012) ainda afirma a necessidade de haver discussões sobre a prática pedagógica relacionada à inclusão, pois o aluno da educação inclusiva precisa fazer parte de todo o espaço escolar, sendo necessário que toda a comunidade da escola o acolha, não somente os professores e alunos. A prática pedagógica dentro de uma perspectiva inclusiva requer a sensibilização de toda a comunidade escolar, qualificação do docente e renovação de suas práticas pedagógicas.

3 METODOLOGIA

Para realizar este estudo, foi utilizada uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, em fontes nacionais, tanto por meio de material impresso quanto eletrônico.

Considerando tais aspectos, a metodologia foi efetuada pelas seguintes etapas: coleta de fontes bibliográficas e documentais, leitura destas fontes, análise crítica do material selecionado e redação dos resultados obtidos.

Para obtenção da bibliografia e dos demais documentos, foram analisados e selecionados livros, teses, artigos em periódicos das bases de dados ScIELO, Google Acadêmico e CAPES, além de publicações de órgãos governamentais e legislações em sites oficiais do governo, todos relacionados às seguintes palavras-chave: inclusão, tecnologia assistiva, pessoas com deficiência e prática pedagógica.

Em seguida, foi feita uma leitura exploratória do material selecionado, verificando a existência ou não de informações quanto ao tema proposto, em consonância com os objetivos



da pesquisa. Dessa forma, algumas fontes foram desconsideradas e outras permaneceram para a elaboração do trabalho, das quais foram selecionadas informações pertinentes ao assunto a ser estudado.

Dando prosseguimento aos estudos, foi realizada uma leitura crítica e interpretativa do material selecionado buscando compreender a problemática identificada no início da investigação e atender aos objetivos apresentados.

Após a conclusão das leituras, foi desenvolvido um texto contendo o resultado da análise bibliográfica e documental, fundamentado teoricamente pelas citações dos autores das fontes selecionadas.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 A importância das Tecnologias Assistivas na inclusão do aluno com deficiência

Ao se falar de prática pedagógica voltada para a educação inclusiva, não se pode deixar de reportar os recursos utilizados para proporcionar um melhor atendimento aos alunos com deficiência, tais como as Tecnologias Assistivas.

É comum encontrar professores que utilizam nas suas aulas as mesmas estratégias e os mesmos materiais para alunos sem deficiência e com deficiência, afirmando que na inclusão todos devem ter atendimento igualitário. Porém, para incluir, faz-se necessário que todos tenham acesso à aprendizagem tendo suas especificidades respeitadas.

Por exemplo, não se pode esperar que uma criança com limitações físicas nos membros superiores pegue e utilize um lápis da mesma forma que uma criança sem deficiência, mas deve-se garantir que ambas tenham acesso ao conhecimento.

No entanto, a própria sociedade industrial se encarrega de criar produtos específicos para um determinado tipo físico, considerado um padrão de normalidade, e são estes que ficam disponíveis no mercado e são adquiridos para a maioria dos cidadãos em geral. Por consequência, materiais didáticos padronizados têm chegado às escolas, mas não satisfazem as necessidades de todos os alunos, favorecendo então a exclusão quanto aos recursos utilizados para a promoção da aprendizagem.

4.2 Compreendendo a Tecnologia Assistiva (TA)

A tecnologia tem acompanhado os avanços da humanidade desde os períodos mais remotos. Ao se pensar em tecnologia, é comum surgir em nossa mente a figura de um computador de última geração, possuindo os mais modernos mecanismos, porém, tecnologia não se restringe apenas a este aspecto.



O termo tecnologia se relaciona com modernização da sociedade, resultando em auxílio para otimizar o tempo e facilitar a realização de atividades anteriormente consideradas complexas. A humanidade se tornou mais ágil com os avanços tecnológicos. Imagina-se o grande esforço realizado pelo homem pré-histórico ao deixar os seus escritos nas cavernas comparado a uma atividade similar sendo aliada à tecnologia do computador na atualidade. Com apenas alguns toques no teclado, os sinais de comunicação são registrados, podendo rapidamente visualizar a mensagem desejada.

Junto aos avanços tecnológicos ocorridos no decorrer dos tempos, novos avanços são impostos à educação. A tecnologia desafia a educação para novas estratégias que colaborem com o aprimoramento da aprendizagem dos educandos, cabendo então às escolas a tarefa de se adequarem, de forma que satisfaçam às novas tendências de uma sociedade dinâmica.

Portanto, se um dos principais objetivos educacionais que assume uma relevância crescente na sociedade contemporânea é a inclusão, então os recursos tecnológicos devem ser aplicados como um dos meios para possibilitar esse processo.

Nesse contexto, surge a Tecnologia Assistiva como recurso indispensável para auxiliar pessoas com deficiência a conquistarem autonomia no seu cotidiano em diferentes situações e ambientes sociais.

Bersch (2005), expõe que o termo “Tecnologia Assistiva” é empregado para identificar o conjunto de recursos e funções que colaboram para possibilitar habilidades funcionais de indivíduos com deficiência e, assim, promover vida autônoma e inclusão.

Nessa linha, Galvão Filho (2009, p. 127) enfatiza que a Tecnologia Assistiva acompanha a história da humanidade desde os tempos mais primórdios, mesmo sem receber essa nomenclatura ou se perceber a sua aplicação, uma vez que “qualquer pedaço de pau utilizado como uma bengala improvisada, por exemplo, caracteriza o uso de um recurso de Tecnologia Assistiva”.

Contudo, o termo “Tecnologia Assistiva” surgiu pela primeira vez no ano de 1988, na legislação norte-americana, como um dos componentes que regulam os direitos das pessoas com deficiência nos Estados Unidos.

Para Bersch,

Houve a necessidade de regulamentação legal deste tipo de tecnologia, a TA, e, a partir desta definição e do suporte legal, a população norte-americana de pessoas com deficiência passou a ter garantido pelo seu governo o benefício de serviços especializados e o acesso a todo o arsenal de recursos que necessitam e que venham favorecer uma vida mais independente, produtiva e incluída no contexto social geral (BERSCH, 2005, p.16).



Para elaboração de uma definição de Tecnologia Assistiva que pudesse amparar as políticas públicas brasileiras, foi criado em 16 de novembro de 2006, em nível federal, o CAT (Comitê de Ajudas Técnicas), o qual, após uma profunda revisão nos documentos internacionais, adotou a mesma definição da Norma Internacional ISO 9999 para o termo a ser usado no Brasil:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2007, p. 3).

A Tecnologia Assistiva é apresentada em textos da legislação brasileira, respaldando a necessidade de que ela seja realmente compreendida e utilizada em nossa sociedade. No Decreto nº 3.298/99, em seu artigo 19, foram feitas considerações sobre o significado do termo “Ajudas Técnicas” e seu objetivo no contexto da inclusão social de pessoas com deficiência (BRASIL, 1999).

Quanto ao uso de Tecnologias Assistivas na área educacional, a legislação brasileira detém de documentos que estimulam a sua utilização no ensino de alunos com deficiência. Na Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu capítulo V, referente à Educação Especial, encontra-se a seguinte determinação:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996, [s. p.]).

Reforçando o que consta na Lei nº 9.394/96, a legislação brasileira de acessibilidade apresenta em seu texto a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (MEC, 2001), que criou as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. O escrito, em seu artigo 8º, expõe que as instituições da rede regular de ensino têm de prever e prover na sistematização de suas classes comuns, entre outros, flexibilizações e adaptações curriculares que julguem o conceito prático e instrumental dos conteúdos básicos, técnicas educacionais e recursos didáticos diversos, além de métodos de avaliação favoráveis ao desenvolvimento dos alunos que possuem necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitando a frequência obrigatória.

Observa-se, então, nos documentos citados, que ao se referirem aos recursos didáticos diferenciados, as TAs também estão incluídas, pois elas têm a incumbência de atender às particularidades dos alunos com deficiência e os capacitar funcionalmente nas dinâmicas educacionais. Ainda sobre o uso das TAs, pode-se destacar que:

No desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, as ajudas técnicas e as tecnologias assistivas estão inseridas no contexto da educação brasileira, dirigidas à promoção da inclusão de todos os alunos nas escolas. Portanto, o espaço escolar



deve ser estruturado como aquele que oferece também as ajudas técnicas e os serviços de tecnologia assistiva (ALVES *et al.*, 2006, p. 19).

O mesmo documento ainda afirma que as Tecnologias Assistivas não precisam ser exclusivamente usadas em salas de recursos ou centros especializados, mas podem também ser utilizadas em salas comuns para melhor atendimento dos alunos com deficiência sob a orientação do professor da sala de recursos multifuncionais.

4.3. A Tecnologia Assistiva na mediação dos processos educativos

Um dos primeiros grupos sociais que a criança frequenta é a escola, logo, é por meio dela que o sujeito encontra diferentes possibilidades de inclusão que o ajudará no futuro a conviver com os diferentes desafios encontrados na sociedade. Uma escola preocupada com a inclusão social do aluno empenha-se em prepará-lo para saber relacionar-se com o outro, fornecendo condições necessárias para que no futuro essa pessoa possa ser inserida no mercado de trabalho e estimula a autonomia que a ajudará a tomar suas decisões de modo espontâneo e consciente. Contudo, é preciso que os profissionais envolvidos na construção desse processo educativo planejem as suas ações e escolham métodos e recursos que venham subsidiar a concretização dos seus objetivos levando em consideração as necessidades individuais de cada educando e os desafios que as instituições têm enfrentado (MARQUES, 2016).

Nesse aspecto, observa-se que a tecnologia sempre esteve presente na educação, fazendo parte da rotina do educando e, aos poucos, suas novas evoluções estão sendo incorporadas ao ambiente escolar objetivando avanços no processo de aprendizagem. Porém, muitos desses recursos ainda não são utilizados de forma adaptada para se adequarem às diferenças dos educandos, com a intenção de propiciar a inclusão.

4.4. Análise crítica sobre Tecnologias Assistivas para a prática inclusiva

A pesquisa realizada apresentou contribuições reflexivas sobre as relações existentes entre o ensino regular e a inclusão de alunos com deficiência, tendo como destaque a importância da TA na prática pedagógica do professor.

Analisando a história, percebe-se que a inclusão percorreu um longo caminho até que pudesse ser defendida e incentivada por leis e decretos, porém, por ser uma conquista recente, muitas pessoas ainda não compreendem a sua importância. O mesmo acontece no ambiente escolar, quando crianças com deficiência são matriculadas em salas regulares e professores demonstram dúvida em relação à metodologia utilizada para ajudar na aprendizagem dos alunos inclusos.



Foram realizadas análises em diferentes fontes bibliográficas e documentais que apontaram que a formação inadequada do professor é, sem dúvida, um dos principais fatores que contribuem para que eles não utilizem novos recursos metodológicos em sua prática pedagógica inclusiva.

As pesquisas sobre a TA ainda são recentes, porém, a legislação brasileira já aponta orientações para o seu uso em ambientes escolares, então, é necessário que os cursos de graduação para profissionais em educação adequem os seus currículos, incluindo estudos sobre a importância e uso desses recursos na educação inclusiva. Da mesma forma, as escolas podem promover formações continuadas para professores em exercício, divulgando a possibilidade de uso de recursos que serão capazes de auxiliar no desenvolvimento do ensino-aprendizagem de alunos com deficiência.

A pesquisa evidenciou a importância da Tecnologia Assistiva na prática do professor numa perspectiva inclusiva através da apresentação de diferentes tipos de TA, sua finalidade no âmbito educacional e as legislações que incentivam o seu uso, contemplando assim os objetivos apresentados para esse estudo.

5 CONCLUSÃO

Pelo presente estudo, percebeu-se que a inclusão é contrária a toda forma de discriminação relacionada à impossibilidade de alguém estar inserido em um contexto social apenas pelo fato de apresentar algo díspar do que a sociedade considera como normal.

A pesquisa apontou que a luta pela inclusão acompanhou diferentes momentos da história da humanidade, porém, seus maiores avanços são recentes, tendo como marco a Declaração de Salamanca na década de 90, a qual passou a motivar a elaboração das políticas públicas relacionadas a este tema.

No tocante à prática pedagógica dos professores para a inclusão, várias pesquisas têm evidenciado que a formação adequada favorece a quebra de resistências. Contudo, se faz necessária a adequação dos currículos universitários para que abordem de forma mais eficaz as questões voltadas para esse tema, despertando no futuro profissional a compreensão de que a inclusão é possível.

Assim, acredita-se que um maior investimento na formação do professor pode contribuir na melhoria do atendimento do aluno incluso em sala regular. O debate acerca da educação inclusiva e das possibilidades de utilização de recursos, tais como Tecnologias Assistivas, para garantir uma melhor metodologia, proporcionarão novas reflexões sobre a postura de cada educador em relação a sua prática.



Dessa forma, a expectativa é que esta pesquisa possa fornecer reflexões a cerca da necessidade de aperfeiçoar os conhecimentos relacionados a recursos tecnológicos disponíveis que podem ajudar na aprendizagem de alunos inclusos. Espera-se que todas as informações tratadas neste estudo possam possibilitar ampliação de conhecimentos e que auxiliem na construção de uma nova postura metodológica.

Assim, concluí que a escola é um ambiente através do qual a inclusão pode ser vivenciada em toda a sua plenitude, contribuindo para que outros setores da sociedade possam entender que todos são capazes de participar ativamente da vida, bastando apenas sensibilidade, adequações e respeito à individualidade.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, D. de O. *et al.* **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BERSCH, Rita. Tecnologia assistiva no processo educacional. *In: ENSAIOS PEDAGÓGICOS – CONSTRUINDO ESCOLAS INCLUSIVAS*, 2005, Brasília, DF. **Palestra sobre tecnologia assistiva na educação.** Brasília, DF: MEC, SEESP, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARNEIRO, Moacir Alves. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns: Possibilidades e Limitações.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

CAT. **Ata VII Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas – CAT CORDE / SEDH / PR realizada nos dias 13 e 14 de dezembro de 2007.** Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007.

DENARI, Fátima. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. *In: RODRIGUES, D. (org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.* São Paulo: Summus, 2006, p. 9-10.



FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de Professores na educação inclusiva. *In*: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006, p. 10-11.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia Assistiva para uma escola inclusiva**: apropriação, demandas e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2009. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nai/files/2009/07/Tese-Teofilo-Galvao.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

GUIMARÃES, H.O.; BATISTA, L.K.S.; BATISTA, E.C. A inclusão escolar e as políticas educacionais: possibilidades e novos caminhos. **Revista FAROL**. Rolim de Moura – RO, v. 5, n. 5, p. 114-128, set./2017

MARQUES, T. S. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil (CEDI), 2016.

MEC. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. (Versão *online*). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-40602009000100010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 5 jun. 2020.

RODRIGUES, L. **A Tecnologia Assistiva**: o que é e como usar na escola sem saber informática. 2019. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/tecnologia-assistiva-o-que-e-e-como-usar-na-escola-sem-saber-informatica/>. Acesso em: 8 jul. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Ana Valéria Leão. A importância das tecnologias assistivas na prática pedagógica do professor numa perspectiva inclusiva. UNICAP. Universidade Católica de Pernambuco: Recife (2012).

SILVA, Maria Odete Emygdio. Da exclusão à inclusão: concepções e práticas. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 13, n. 13, p. 135-153, 2009.

UNESCO. Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE, 1994, Salamanca. **Resolução das Nações Unidas adotada em Assembleia Geral**. Salamanca: UNESCO, 1994.